REDES SOCIAIS E PRÁTICAS DOCENTES: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA DE ESTUDANTES

SOCIAL MEDIA AND TEACHING PRACTICES: IMPLICATIONS FOR THE CRITICAL EDUCATION OF STUDENTS

Franklin Emmanuel da Silva Mano[1]
Vitor Savio de Araújo[2]
Debora Moraes Coutinho Barros de Albuquerque[3]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva[4]

RESUMO: Este artigo analisa a presença e o impacto das redes sociais digitais no cotidiano e na cultura juvenil, investigando suas implicações diretas para as práticas docentes e para a formação crítica dos estudantes na escola pública brasileira. A partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e na análise de diretrizes educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular e a BNC-Formação, o estudo reflete sobre a transição do papel da escola, que deixa de ser a detentora exclusiva do saber para atuar como mediadora na era da informação descentralizada. No desenvolvimento, problematizam-se as lógicas algorítmicas, a proliferação de fake news, a desinformação, o cyberbullying e a cultura da hipervisibilidade, bem como o uso pedagógico intencional de plataformas digitais para o fortalecimento da autoria, da criatividade e do letramento midiático. Os resultados e a discussão evidenciam lacunas estruturais nas políticas públicas de formação docente continuada, que frequentemente se limitam aos aspectos técnicos e instrumentais em detrimento de uma reflexão pedagógica e ética sobre a cultura digital. Conclui-se ser urgente a consolidação de políticas educacionais territorializadas e o desenvolvimento de uma pedagogia da presença crítica, capaz de transformar as vivências virtuais dos alunos em objetos de problematização, promovendo a autonomia, a responsabilidade cidadã e a emancipação social.

Palavras-chave: redes sociais; cultura digital; práticas docentes; formação crítica; educação pública.

ABSTRACT: This article analyzes the presence and impact of digital social networks in daily youth culture, investigating their direct implications for teaching practices and the critical education of students in Brazilian public schools. Utilizing a qualitative, exploratory, and descriptive methodology grounded in a literature review and the analysis of official educational guidelines, such as the National Common Curricular Base and BNC-Teacher Training, the study reflects on the evolving role of the school from a sole repository of knowledge to an essential mediator in an era of decentralized information. The body of the paper examines algorithmic logics, the proliferation of fake news,

[1] Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS). Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University. Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. Possui, ainda, outras 15 graduações e 45 pós-graduações lato sensu. E-mail: contato@franklinmano.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/4089953515753563.

[2] Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS). Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), graduado em Letras Português/Espanhol (PUC-GO) e em Pedagogia (Uninter), com especializações em Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar e Formação de Professores de Língua Portuguesa. E-mail: vitorsavio@gmail.com. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5733464859503901.

[3] Mestranda em Neurociências pela Christian Business School (CBS). Especialista em Psicopedagogia Clínica, institucional e Hospitalar pela Uninassau. Bacharel em Psicologia pela UniFAFIRE. Possui, ainda, 2 graduações e 2 pós-graduações lato sensu. E-mail: deboramoraesadv@gmail.com.

[4] Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-6863-7874.

misinformation, cyberbullying, and the culture of hyper-visibility, alongside the intentional pedagogical use of digital platforms to foster student authorship, creativity, and media literacy. The results and discussion highlight significant gaps in public policies for continuing teacher education, which often focus on technical and instrumental skills rather than critical, ethical, and pedagogical reflection on digital culture. The study concludes that there is an urgent need for contextualized educational policies and the adoption of a critical pedagogy capable of turning students' online experiences into opportunities for deep reflection, ultimately promoting autonomy, digital citizenship, and social emancipation.

Keywords: social networks; digital culture; teaching practices; critical formation; public education.

INTRODUÇÃO

As redes sociais digitais tornaram-se espaços centrais de socialização, informação e expressão no cotidiano das novas gerações. Seu uso intensivo por crianças, adolescentes e jovens impacta diretamente os processos de construção de identidades, de comunicação e de formação de valores, gerando novos desafios e possibilidades para o campo educacional. Nesse cenário, a escola e, especialmente, os(as) docentes, são convocados(as) a repensar suas práticas pedagógicas à luz da cultura digital contemporânea, considerando os riscos da desinformação, da exposição de dados, da reprodução de discursos de ódio e, ao mesmo tempo, reconhecendo o potencial formativo e emancipador desses ambientes (Alves, 2023; Emerim; Vieira; Fature, 2023).

Para além de sua função comunicacional, as redes sociais passaram a ocupar o lugar de principal fonte de informação para grande parte dos estudantes. Esse novo cenário rompe com a lógica tradicional da escola como espaço privilegiado de mediação do conhecimento, deslocando a centralidade da informação para ambientes digitais nem sempre confiáveis. Essa descentralização desafia a instituição escolar a promover, de forma intencional, o letramento midiático, capacitando os(as) estudantes a analisar criticamente o que consomem, a reconhecer manipulações discursivas e a distinguir opiniões de fatos, sobretudo em tempos marcados pela proliferação de fake news e desinformação (Machado; Sousa, 2023; Lapa; Coelho, 2021).

Nesse contexto, a atuação docente deve assumir um papel de mediação crítica, e não de controle ou censura. A escola não pode ignorar que os(as) estudantes já produzem e circulam conteúdos digitais cotidianamente. Cabe, então, ao(à) professor(a) criar pontes entre esses saberes informais e os conhecimentos sistematizados, aproveitando o potencial das redes como instrumentos de autoria, criatividade e engajamento social. A mediação ética e pedagógica das redes sociais no ambiente escolar pode favorecer práticas que valorizem o protagonismo juvenil, o trabalho colaborativo e o diálogo entre

diferentes linguagens, rompendo com a rigidez de modelos pedagógicos unilaterais (Damasceno; Neves, 2022; Costa; Dias; Sousa, 2022).

Além disso, a inserção das redes sociais no processo educativo exige que a escola reflita sobre sua função social no século XXI. Não se trata apenas de "acompanhar as tecnologias", mas de transformar-se em um espaço de formação integral, que prepare os sujeitos para atuar criticamente em um mundo interconectado, veloz e repleto de contradições. Trabalhar com as redes na escola é, portanto, uma oportunidade de democratizar o acesso à produção de saberes, de promover a escuta das juventudes e de fomentar uma educação mais dialógica, plural e conectada com os desafios contemporâneos (Pereira, 2024; Pinheiro; Pinheiro, 2021).

A relação entre redes sociais e educação não pode ser compreendida de forma dicotômica, entre o proibido e o permitido, o útil e o nocivo. Trata-se de um campo em disputa, em que diferentes interesses, discursos e formas de interação estão presentes. Nesse contexto, a atuação docente adquire centralidade como mediadora crítica entre os conteúdos circulantes nas redes e os processos educativos que se pretendem reflexivos, éticos e transformadores. Essa compreensão aproxima-se de De Araújo et al. (2024), ao destacarem a necessidade de formação inicial e continuada que ofereça subsídios teóricos e metodológicos para que os docentes compreendam o ambiente digital como campo educativo e atuem como mediadores éticos e reflexivos.

Este artigo tem como objetivo analisar como as práticas docentes podem dialogar de forma crítica com o uso das redes sociais, contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender, questionar e intervir na realidade digital em que estão inseridos. A partir de uma revisão teórica e da análise de diretrizes educacionais, discute-se o papel da escola na promoção da educação midiática e o potencial das redes sociais como recursos pedagógicos. A reflexão se orienta pela necessidade de formação cidadã que inclua a dimensão digital como eixo fundamental da educação no século XXI.

2 AS REDES SOCIAIS NA CULTURA JUVENIL CONTEMPORÂNEA

A cultura digital, marcada pela ubiquidade das tecnologias e pela conectividade em tempo integral, passou a integrar de forma orgânica a vida dos jovens contemporâneos. As redes sociais digitais, como Instagram, TikTok, YouTube, Twitter e outras plataformas, não são apenas espaços de entretenimento, mas ambientes onde se constroem relações sociais, identidades e repertórios culturais. Para a juventude escolarizada, essas redes

configuram-se como territórios de pertencimento e expressão, nos quais os sujeitos afirmam suas vozes, compartilham vivências e constroem sentidos sobre si e sobre o mundo (Alves, 2023).

Essa centralidade das redes na vida juvenil impacta diretamente os processos educativos. A maneira como os jovens consomem e produzem informação, estabelecem vínculos e organizam seu cotidiano está profundamente mediada pelas lógicas da cultura digital, que opera com velocidade, fragmentação, estética visual e interatividade. Tais características desafiam os formatos escolares tradicionais, ainda baseados na linearidade, na hierarquia e na centralidade do professor como única fonte de conhecimento (Emerim; Vieira; Fature, 2023).

Ao mesmo tempo em que as redes sociais oferecem possibilidades pedagógicas, como estímulo à autoria, à criatividade, à colaboração e à participação, elas também apresentam riscos que precisam ser reconhecidos pela escola. A desinformação, o cyberbullying, o discurso de ódio, a cultura da hipervisibilidade e a exposição precoce são fenômenos que atravessam o cotidiano estudantil e que demandam da instituição escolar uma postura formativa ativa, ética e crítica. Os jovens estão inseridos em um ecossistema digital em que a lógica algorítmica molda suas percepções e decisões, tornando-se urgente a mediação docente que promova o letramento midiático e a consciência crítica sobre o uso das tecnologias (Damasceno; Neves, 2022).

Essa dinâmica de exposição e busca por reconhecimento também pode ser observada desde a infância, indicando que a relação com as plataformas digitais é construída ao longo das experiências sociais e culturais dos sujeitos. Araújo et al. (2025), ao analisarem o fenômeno dos influenciadores mirins, destacam que a cultura digital modifica as formas de interação, comunicação e construção da subjetividade, chamando atenção para a presença crescente das crianças em ambientes marcados pela visibilidade e pelo reconhecimento. Nesse sentido, os autores afirmam que “plataformas como YouTube, TikTok, Instagram e Kwai ultrapassam a função de entretenimento e passam a ser vistas como espaços de projeção pessoal, visibilidade e reconhecimento” (Araújo et al. 2025, p. 99).

A construção da identidade juvenil, hoje, passa pelas redes sociais. Nessas plataformas, os estudantes experimentam performances, negociam pertencimentos e constroem imagens de si a partir da interação com os outros e da validação externa. A lógica dos “likes”, dos compartilhamentos e dos comentários influencia diretamente a forma

como esses sujeitos compreendem sua autoestima, seus vínculos sociais e suas possibilidades de ação. Nesse contexto, Araújo, Rosa e Gomes (2025, p. 196) afirmam que "mais do que aprender a usar ferramentas tecnológicas, os estudantes são levados a refletir sobre os discursos que produzem e sobre os modos como desejam ser vistos e ouvidos no espaço social". Compreender essa dinâmica é essencial para qualquer proposta pedagógica que busque dialogar com a realidade dos estudantes e promover uma educação significativa (Costa; Dias; Sousa, 2022).

Nesse sentido, é preciso que a escola pública assuma as redes sociais não como ameaças externas, mas como espaços legítimos de aprendizagem e convivência. Isso não significa a adesão acrítica às plataformas, mas sim o reconhecimento de que esses ambientes são constitutivos da experiência juvenil e, portanto, precisam ser tematizados, discutidos e trabalhados como parte do currículo. A escola que ignora essa dimensão do mundo dos estudantes corre o risco de se tornar irrelevante e alheia à formação integral que se propõe a oferecer.

3 A ESCOLA E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO CRÍTICA NO AMBIENTE DIGITAL

A crescente digitalização da vida cotidiana impõe à escola pública brasileira o desafio de se reconfigurar como espaço de formação crítica em meio a um cenário marcado pela abundância de informações, pela presença constante das redes sociais e pela atuação cada vez mais intensa de algoritmos na mediação dos saberes e das subjetividades. Nesse contexto, o papel da escola como formadora de cidadãos conscientes torna-se ainda mais complexo, exigindo práticas pedagógicas que vão além da transmissão de conteúdos e que promovam a leitura crítica das mídias, a ética digital e a participação ativa na cultura em rede (Machado; Sousa, 2023).

Historicamente, a escola foi concebida como o espaço privilegiado da instrução formal e da produção do conhecimento científico. No entanto, a emergência da cultura digital desloca o centro da aprendizagem para ambientes múltiplos e informais, fragmentando a autoridade da instituição escolar e questionando suas formas tradicionais de ensinar. Os(as) estudantes chegam à escola já imersos(as) em um ecossistema informacional descentralizado, plural e muitas vezes contraditório, no qual convivem conteúdos educativos, discursos de ódio, desinformação e práticas colaborativas (Lapa; Coelho, 2021).

Esse novo cenário demanda que a escola exerça uma função formativa ativa e crítica frente à cultura digital. É preciso reconhecer que não se trata apenas de incluir tecnologias nas aulas ou de utilizar redes sociais como ferramentas pedagógicas, mas de desenvolver um currículo que inclua a formação para a cidadania digital como eixo estruturante. Isso implica trabalhar com os(as) estudantes habilidades de leitura crítica da informação, análise de fontes, ética nas interações digitais, compreensão das lógicas dos algoritmos e reflexão sobre os efeitos sociais e políticos das tecnologias (Pereira, 2024).

A lacuna entre o currículo formal e as vivências digitais dos estudantes é um dos principais entraves à formação crítica no ambiente digital. Muitas vezes, os saberes que circulam nas redes sociais são desconsiderados pela escola ou tratados com desconfiança, o que gera um distanciamento simbólico e pedagógico entre docentes e discentes. Para superar essa distância, é necessário reconhecer as redes como espaços legítimos de produção cultural e propor atividades que articulem essas experiências com os conteúdos escolares, ampliando os horizontes formativos da educação básica (Pinheiro; Pinheiro, 2021).

Outro desafio refere-se à formação docente. Grande parte dos(as) professores(as) ainda não foi preparada para lidar com a complexidade da cultura digital e enfrenta dificuldades em integrar de forma crítica as mídias digitais aos processos de ensino e aprendizagem. A formação inicial e continuada precisa, portanto, oferecer subsídios teóricos e metodológicos que possibilitem aos(às) docentes compreender o ambiente digital como um campo educativo, com seus riscos e potencialidades, e atuar como mediadores(as) éticos e reflexivos(as) nesse contexto (De Araújo *et al*., 2024).

Nesse sentido, a escola precisa se reinventar como espaço dialógico, capaz de escutar as vivências digitais dos(as) estudantes e transformá-las em objeto de reflexão e problematização. A construção de uma pedagogia da presença crítica nas redes — que não seja de vigilância, mas de mediação — é fundamental para que a formação escolar contribua para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade cidadã em tempos de redes.

4 PRÁTICAS DOCENTES E USO PEDAGÓGICO DAS REDES SOCIAIS

No cenário educacional contemporâneo, o uso das redes sociais como recurso pedagógico tem despertado o interesse de educadores que buscam dialogar com a cultura digital dos estudantes e tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo. As

práticas docentes que integram essas plataformas à ação pedagógica não apenas reconhecem os espaços digitais como parte do universo juvenil, mas também os utilizam como instrumentos de mediação didática e construção crítica do conhecimento (Costa; Dias; Sousa, 2022).

Experiências educativas com redes como Instagram, YouTube, WhatsApp, Facebook e TikTok, quando planejadas de forma intencional e contextualizada, têm demonstrado potencial para ampliar a participação discente, estimular a autoria e favorecer aprendizagens colaborativas. Professores(as) que propõem desafios, projetos, enquetes, produções audiovisuais ou narrativas digitais mobilizam múltiplas linguagens e promovem a expressão criativa dos(as) estudantes, ao mesmo tempo em que trabalham conteúdos curriculares em diálogo com suas vivências e interesses (Carneiro; Oliveira, 2021).

Entretanto, o uso pedagógico das redes sociais não deve ser compreendido de maneira instrumental ou superficial. É necessário que tais práticas estejam alicerçadas em fundamentos pedagógicos críticos, que considerem os processos de mediação, a intencionalidade educativa e os princípios éticos que envolvem a exposição e a circulação de informações nos ambientes digitais. A atuação docente precisa, portanto, aliar criatividade à responsabilidade, evitando a reprodução de práticas tecnicistas ou a trivialização do uso das redes (Aquino; Caetano, 2023).

Um dos principais desafios nesse processo é garantir que o uso das redes sociais não reforce desigualdades educacionais. Estudantes com acesso restrito à internet ou que compartilham dispositivos com familiares podem ser prejudicados por atividades baseadas exclusivamente em ambientes digitais. Daí a importância de diversificar estratégias, respeitar o contexto socioterritorial das turmas e garantir a acessibilidade das propostas (Santos; Ferrete; Alves, 2021).

Além disso, o uso das redes em contexto escolar exige reflexão ética sobre privacidade, segurança e limites da exposição. A mediação docente deve incluir orientações sobre o uso responsável das redes, o combate ao discurso de ódio, a verificação de fontes e a valorização do diálogo e do respeito às diferenças. Ao assumir essas mediações, o(a) professor(a) atua não apenas como facilitador(a) do acesso ao conhecimento, mas como formador(a) de consciências críticas e cidadãs (Bezerra; Veloso; Ribeiro, 2021).

Nesse sentido, o uso pedagógico das redes sociais pode se tornar uma via potente para desenvolver competências como a autoria digital, a argumentação, o pensamento crítico e a alfabetização midiática. Ao incorporar as redes como extensão dos ambientes de

aprendizagem, o trabalho docente se fortalece como prática social comprometida com a formação integral dos sujeitos e com o enfrentamento das desigualdades que marcam o contexto escolar brasileiro.

5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A CULTURA DIGITAL

A presença massiva das tecnologias digitais na sociedade contemporânea impõe à escola pública o desafio de formar sujeitos críticos e capazes de atuar de forma ética e consciente no ambiente digital. No entanto, essa tarefa exige políticas educacionais consistentes e uma formação docente que vá além do domínio técnico-instrumental, promovendo uma compreensão crítica da cultura digital e de suas implicações para os processos educativos. Nesse contexto, discutir a formação de professores para atuar em uma sociedade em rede é, também, discutir o compromisso do Estado com uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

No Brasil, documentos normativos como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2019) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) reconhecem a importância da formação docente para o uso pedagógico das tecnologias. Contudo, na prática, observa-se uma fragilidade na implementação de políticas de formação continuada que contemplem a cultura digital como eixo estruturante e transversal. Grande parte das iniciativas ainda se pauta em abordagens fragmentadas, voltadas à instrumentalização do docente, sem articulação com os desafios pedagógicos concretos das escolas (Matos; Borges, 2024).

Além disso, há uma ausência de políticas públicas que promovam a integração entre as dimensões da tecnologia, currículo e formação crítica. A formação docente precisa ser compreendida como um processo contínuo e situado, que reconheça os saberes dos professores e os desafios vividos no cotidiano escolar. Programas como o “Educação Conectada”, embora importantes, têm apresentado limitações quanto à formação pedagógica crítica para o uso das tecnologias digitais, frequentemente restringindo-se à conectividade e à infraestrutura (Penteado; Budin; Costa, 2022).

O contexto da pandemia de Covid-19 intensificou o debate sobre a necessidade de fortalecer a competência digital docente. Muitos professores foram desafiados a reinventar suas práticas pedagógicas em ambientes remotos, sem o devido preparo prévio, o que revelou tanto a criatividade docente quanto a negligência histórica com sua formação tecnológica. Esse cenário evidenciou a urgência de políticas estruturantes que promovam a

inclusão digital de professores e estudantes, e que valorizem o trabalho docente como elemento central da transformação educacional (Furtado, 2023).

Portanto, urge a construção de uma política nacional de formação docente que incorpore as dimensões éticas, críticas e pedagógicas da cultura digital. Essa política deve dialogar com a realidade das redes públicas de ensino, respeitar a diversidade dos territórios educacionais e garantir condições concretas para a atuação docente transformadora. É necessário, ainda, que os cursos de licenciatura, os programas de pós-graduação e as redes de formação continuada considerem a cultura digital como campo de pesquisa, de intervenção e de reflexão pedagógica, fortalecendo o papel do professor como intelectual comprometido com a emancipação dos sujeitos em um mundo cada vez mais digitalizado.

MÉTODODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, o que permite ao pesquisador abranger um espectro mais amplo de fenômenos do que a investigação direta. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto, pois se buscou compreender, em profundidade, os sentidos atribídos às redes sociais no campo educacional, em vez de mensurar variáveis ou testar hipóteses (Prodanov; Freitas, 2013).

O caráter exploratório decorre da necessidade de familiarizar-se com um tema ainda em consolidação na literatura educacional, ao passo que o caráter descritivo permite registrar e interpretar as características das produções analisadas (Gil, 2002). O objetivo metodológico consistiu em compreender de que maneira as redes sociais digitais têm sido discutidas no campo educacional e quais implicações são apontadas para as práticas docentes e para a formação crítica dos estudantes no contexto da escola pública. Tal intenção orientou a delimitação das fontes e a construção dos procedimentos de coleta e de análise.

As fontes de dados foram constituídas por produções acadêmicas e normas relacionadas à temática da cultura digital na educação. Foram analisados artigos científicos publicados em periódicos das áreas de Educação, Comunicação e Tecnologias Educacionais, além de documentos oficiais que orientam as políticas educacionais

brasileiras, como diretrizes para a formação docente e propostas curriculares que abordam a cultura digital. A seleção das produções ocorreu a partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave relacionados aos termos "redes sociais", "cultura digital", "práticas docentes", "educação pública" e "formação crítica", procedimento que, segundo Prodanov e Freitas (2013), confere sistematicidade à busca e à triagem do material.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura analítica e interpretação temática das obras selecionadas. Inicialmente, procedeu-se à organização das produções por eixos de discussão, considerando aspectos como cultura juvenil digital, desafios da formação crítica no ambiente virtual, uso pedagógico das redes sociais e políticas educacionais voltadas à formação docente. Em seguida, os conteúdos foram examinados de forma comparativa e interpretativa, buscando identificar convergências, lacunas e contribuições teóricas para o debate sobre a mediação pedagógica das redes sociais na educação pública, em conformidade com os procedimentos de análise qualitativa descritos por Gil (2002) e Prodanov e Freitas (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do material selecionado evidenciou que as redes sociais digitais ocupam posição central no cotidiano de crianças, adolescentes e jovens, sendo frequentemente apontadas pela literatura como espaços de socialização, comunicação e circulação de informações, uma vez que plataformas como Instagram, YouTube, TikTok e WhatsApp se configuram como meios de interação social, produção de conteúdos e acesso a informações diversas, o que reafirma a compreensão de que tais ambientes não se restringem ao entretenimento, mas constituem territórios formativos que atravessam a construção de repertórios culturais juvenis e a experiência escolar.

Essa centralidade dialoga com Alves (2023), para quem a cultura juvenil contemporânea é intensamente atravessada pelas dinâmicas do mundo digital, nas quais os jovens constroem identidades, vínculos sociais e repertórios culturais, e também com Emerim, Vieira e Fature (2023), que compreendem as redes como demarcação do universo juvenil, o que reforça o entendimento de que as redes sociais não são apenas ferramentas tecnológicas, mas ambientes culturais que participam ativamente da formação dos sujeitos, exigindo da escola novas formas de mediação pedagógica capazes de dialogar com essas experiências digitais.

Os dados indicaram que parte das pesquisas descreve experiências pedagógicas que incorporam as redes sociais como ferramentas de apoio ao ensino e à aprendizagem, destacando-se a produção de vídeos educativos, a elaboração de projetos colaborativos, a realização de debates virtuais e o desenvolvimento de atividades mediadas por plataformas digitais, achados que convergem com Carneiro e Oliveira (2021), que identificaram que o uso planejado das redes pode ampliar a participação discente e estimular a aprendizagem colaborativa, em consonância com Costa, Dias e Sousa (2022), que associam essas práticas à construção crítica do conhecimento.

Outro resultado recorrente refere-se aos desafios do uso das redes sociais no contexto educacional, como a circulação de informações não verificadas, episódios de cyberbullying, a exposição de dados pessoais, a cultura da hipervisibilidade, o discurso de ódio e as dificuldades relacionadas ao uso ético das plataformas, elementos que aparecem nos estudos como situações presentes no cotidiano escolar e que demandam atenção das instituições de ensino, uma vez que o ecossistema digital opera sob lógicas algorítmicas que moldam percepções e decisões dos sujeitos, conforme destacam Damasceno e Neves (2022).

A preocupação com esses riscos alcança também as crianças, cuja inserção precoce nas plataformas digitais tem sido discutida por Santos et al. (2025, p. 96), que compreendem a atuação de influenciadores mirins como fenômeno revelador da participação infantil na cultura digital, na medida em que "Tais plataformas não apenas permitem que crianças compartilhem suas rotinas e preferências, mas também as inserem em uma lógica de engajamento e monetização, frequentemente conduzida por adultos", o que evidencia a necessidade de mediação pedagógica que converta essas vivências em objeto de problematização e letramento midiático.

A revisão de literatura apontou lacunas na formação docente para o uso pedagógico das tecnologias, pois estudos registram que professores relatam limitações ao domínio de ferramentas, ao planejamento de atividades mediadas por redes sociais e à ausência de formação continuada voltada à cultura digital, o que se associa à necessidade de políticas que fortaleçam a competência digital docente, em consonância com Matos e Borges (2024), que destacam a fragilidade dos programas de formação continuada, e com De Araújo et al. (2024), que defendem subsídios teóricos e metodológicos para a mediação ética no ambiente digital.

Os documentos normativos analisados indicam a presença de diretrizes que mencionam a cultura digital e o uso pedagógico das tecnologias na educação básica, apresentando orientações sobre a incorporação das tecnologias no processo educativo, a promoção da cidadania digital e o desenvolvimento de competências ligadas ao uso crítico da informação, embora Penteado, Budin e Costa (2022) observem que programas como o Educação Conectada frequentemente se restringem à conectividade e à infraestrutura, e Furtado (2023) acrescente que a pandemia revelou tanto a criatividade docente quanto a negligência histórica com a formação tecnológica.

Os resultados demonstram que as redes sociais aparecem na literatura educacional como elementos presentes no cotidiano dos estudantes, como recursos utilizados em práticas pedagógicas e como tema recorrente nos debates sobre formação docente e políticas educacionais, evidenciando a centralidade do papel docente como mediador crítico entre os conteúdos que circulam nas plataformas e os processos educativos que se pretendem reflexivos, éticos e transformadores, cabendo à escola a construção de uma pedagogia da presença crítica, que transforme as vivências virtuais dos alunos em objetos de problematização, favorecendo a autonomia, a cidadania digital e a emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais, enquanto fenômeno cultural e comunicacional, remodelam profundamente as formas de viver, aprender e se relacionar. No contexto educacional, tornam-se desafio e possibilidade para a formação crítica dos estudantes. Este artigo demonstrou que as redes sociais não devem ser ignoradas ou demonizadas pela escola, mas reconhecidas como espaços legítimos de produção de sentidos, identidades e saberes juvenis.

Diante desse cenário, o papel docente assume centralidade. A prática pedagógica precisa ser ressignificada à luz da cultura digital, articulando saberes escolares aos repertórios dos estudantes, de modo a promover a leitura crítica, a autoria digital e o exercício ético da cidadania nas redes. Não se trata de apenas usar redes sociais na educação, mas de construir processos formativos que desenvolvam autonomia, pensamento crítico e responsabilidade social em meio à complexidade dos fluxos informacionais contemporâneos.

As políticas educacionais brasileiras ainda carecem de ações mais articuladas e estruturantes no que se refere à formação docente para a cultura digital. A ausência de

programas contínuos e territorializados, capazes de promover reflexão pedagógica e domínio crítico das tecnologias, compromete a efetivação de uma educação verdadeiramente conectada com os desafios do século XXI.

Assim, defende-se a urgência de políticas públicas que valorizem a formação docente como elemento estratégico para a mediação entre escola, redes sociais e cultura juvenil. Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a investigação de experiências pedagógicas com redes sociais que tenham gerado impactos positivos na formação cidadã dos estudantes, bem como estudos comparativos sobre a implementação de políticas de educação midiática em diferentes contextos territoriais.

Nesse campo de estudos, ainda há lacunas importantes a serem investigadas, sobretudo no que diz respeito à recepção crítica dos estudantes aos conteúdos que consomem e produzem nas redes sociais. Compreender como os jovens significam suas interações digitais e que critérios utilizam para avaliar a veracidade e a relevância das informações que circulam nas plataformas pode oferecer subsídios importantes para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas ao letramento midiático. Investigações qualitativas que escutem as vozes dos estudantes, seus conflitos e estratégias de navegação digital, mostram-se promissoras.

Outro eixo relevante para futuras pesquisas refere-se à formação continuada de professores para o uso pedagógico das redes sociais em diferentes contextos territoriais. Analisar como redes municipais e estaduais de ensino têm desenvolvido (ou negligenciado) propostas de formação crítica na cultura digital pode contribuir para a construção de políticas mais equitativas e sensíveis às realidades locais. Nesse sentido, estudos comparativos entre regiões, níveis de ensino ou modalidades educacionais — como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou a Educação do Campo — também podem enriquecer o debate sobre os usos educacionais das redes.

Por fim, há espaço para aprofundar investigações sobre os efeitos das redes sociais na saúde emocional e nas relações escolares dos estudantes, com foco nos impactos do cyberbullying, da cultura da comparação e da lógica da performance digital. Tais aspectos, frequentemente naturalizados no cotidiano escolar, exigem abordagens interdisciplinares que envolvam não apenas o campo da Educação, mas também áreas como Psicologia, Comunicação e Sociologia. Refletir sobre como a escola pode atuar de forma preventiva e acolhedora diante desses desafios é parte essencial do compromisso com uma educação integral e humanizadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hugo de Almeida. Cultura juvenil contemporânea, práticas culturais e ciberespaço: Contornos geográficos da cultura juvenil otaku no Brasil. **Geografia em Atos (Online)**, v. 7, n. 1, p. e023011-e023011, 2023.

AQUINO, Jayne Cristina Franco; CAETANO, Luís Miguel Dias. Integração tecnológica na educação infantil: perspectivas e desafios da prática docente. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 28, n. 2, 2023.

ARAÚJO, Vitor Savio de; ROSA, Helda Núbia; GOMES, Thaisy de Carvalho Rocha. Letramento multimodal e protagonismo juvenil: reflexões sobre a produção de curta-metragens no projeto Vozes na Tela. In: ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de; VAZ, Duelci Aparecido de Freitas (org.). **Práticas docentes: reflexões sobre as linguagens e humanidades**. Goiânia: Instituto Dering Educacional, 2025. p. 185-222. DOI: 10.29327/5645260.1-4.

ARAÚJO, Vitor Savio de; SANTOS, Nayara Leticia Rodrigues dos; SILVA, Márcia Inês da; SOUZA, Rania Nathalia Miranda de. Influencers mirins: as tecnologias digitais e o desenvolvimento infantil: estudo de caso crianças influenciadoras digitais. In: ARAÚJO, Vitor Savio de; OLIVEIRA, Vanusa Batista de; VAZ, Duelci Aparecido de Freitas (org.). **Práticas docentes: reflexões sobre as linguagens e humanidades**. Goiânia: Instituto Dering Educacional, 2025. p. 95-126. DOI: 10.29327/5645260.1-4.

BEZERRA, Narjara Peixoto Xavier; VELOSO, Antonia Pereira; RIBEIRO, Emerson. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, p. 323917-323917, 2021.

CARNEIRO, Reginaldo Fernando; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo. Utilização de redes sociais em sala de aula: um estudo em um curso de pós-graduação sobre tecnologias da informação e comunicação. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 16, p. e9093-e9093, 2021.

COSTA, Douglas Pereira; DIAS, Luciana Silva; SOUSA, Maria das Dôres. Concepções de professores de Ensino Médio sobre práticas educativas no contexto das redes sociais virtuais. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 24, p. e022014-e022014, 2022.

COSTA, Douglas Pereira; DIAS, Luciana Silva; SOUSA, Maria das Dôres. Concepções de professores de Ensino Médio sobre práticas educativas no contexto das redes sociais virtuais. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 24, p. e022014-e022014, 2022.

DAMASCENO, Handherson Leyltton Costa; NEVES, Bárbara Coelho. As pesquisas com a rede social de Leitura Skoob: um mapeamento dos artigos científicos. **Verbo de Minas**, v. 23, n. 42, p. 73-100, 2022.

DE ARAÚJO, Fábio José et al. Inteligência artificial em sala de aula: o futuro da educação**. Aracê**, v. 6, n. 3, p. 5987-6001, 2024.

EMERIM, Marcos Elias; VIEIRA, Josimar de Aparecido; FATURI, Rhuany Andressa Raphaelli Soares. Redes sociais como demarcação do universo juvenil: identidade,

cultura e institucionalização: Social networks as a demarcation of the youth universe: identity, culture and institutionalization. **Revista Cocar**, v. 19, n. 37, 2023.

FURTADO, Maria Aparecida de Rezende. **O uso de tecnologia digital como recurso pedagógico no ensino de Geografia com o Google Earth** / Maria Aparecida de Rezende Furtado. – 2023. 95 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2023. Orientadora: Dra. Elisabete Cerutti.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPA, Andrea Brandão; COELHO, Isabel Colucci. Escola e internet: espaços de formação para a cidadania. **Perspectiva**, v. 39, n. 3, p. 1-19, 2021.

MACHADO, Silvia Cota; DE SOUZA, Amanda dos Santos Rêda. Desafios das escolas contemporâneas: impactos do letramento digital na formação de estudantes da Geração Z. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 53, p. 96-117, 2023.

MATOS, Ana Angélica Martins; DA SILVA BORGES, Sheila. Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 16, p. e161314-e161314, 2024.

PENTEADO, Regina Zanella; BUDIN, Clayton José; COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. Cultura digital, imaginários de trabalho docente e a profissionalização do ensino: a série Rita. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270065, 2022.

PEREIRA, Alexsandra Vasconcelos. Aplicação da BNCC na educação de jovens e adultos: enfoque e inclusão em cultura digital e cultural. **Revista OWL (OWL Journal)-revista interdisciplinar de ensino e educação**, v. 2, n. 3, p. 37-53, 2024.

PINHEIRO, Regina Cláudia; PINHEIRO, Bruna Maele Girão Nobre. Dimensões crítica e ética nas práticas de letramento digital em um jogo educativo digital. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 37, n. 2, p. 202149228, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Willian Lima; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; ALVES, Manoel Messias Santos. Cenários virtuais de aprendizagem como recurso pedagógico diante da pandemia do novo coronavírus: relatos das experiências docentes**. Educação UFSM**, v. 46, 2021.